

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



Assistência para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica

Autor(res)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Administrador Kroton

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

Introdução

Estima-se que a cada 24 horas, pelo menos oito mulheres sofrem violência doméstica. A assistência que essas mulheres necessitam é um assunto crucial que demanda uma abordagem mais ampla e eficaz, especialmente diante do aumento dessas taxas. Devido à falta de informação e apoio, muitas delas permanecem em situações de abuso, temendo não poder sustentar um lar caso decidam sair. Essa pressão constante pode resultar em consequências devastadoras, como suicídio ou até mesmo feminicídio. É essencial intensificar os esforços para oferecer apoio adequado a essas mulheres, assegurando que tenham acesso à assistência, informação e recursos necessários para interromper o ciclo de violência e reconstruir suas vidas em segurança.

Objetivo

O objetivo desta pesquisa é ampliar o conhecimento das mulheres sobre seus direitos após serem vítimas de violência doméstica. Ao capacitá-las com esse conhecimento, esperamos contribuir para a redução da vulnerabilidade das vítimas de violência doméstica e promover uma sociedade mais justa e igualitária.

Material e Métodos

Para enriquecer nossa pesquisa, participamos de palestras, exploramos o Google Acadêmico e buscamos orientação de mentores, além de ler alguns trabalhos de colegas. Também assistimos a vídeos de delegadas que atuam em delegacias especializadas em violência contra mulheres e na aplicação da Lei Maria da Penha, e dedicamos tempo para ler entendimentos e análises a respeito do assunto. Além disso, utilizamos recursos da matéria de direito penal para aprofundar nosso conhecimento sobre o tema.

Resultados e Discussão

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) é uma ferramenta essencial para proteger e apoiar mulheres em situação de violência doméstica no Brasil desde sua implementação em 2006. As mulheres têm direito ao acesso à justiça para assegurar sua segurança, com a Polícia Militar desempenhando um papel crucial no apoio às vítimas. Elas também podem solicitar medidas protetivas, e receber atendimento personalizado, incluindo assistência psicológica, cuidados de saúde, apoio social e, em casos mais graves, abrigos. Além disso, podem contar com apoio financeiro, como auxílio e isenção de aluguel, caso o agressor seja afastado do lar. Têm ainda direito a afastamento remunerado do trabalho e, se necessário, à possibilidade de mudar de local de

III CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA JURÍDICA

OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE DEMOCRÁTICA



trabalho visando sua segurança e bem-estar integral. As organizações não governamentais (ONGs) também desempenham um papel crucial ao acolher essas mulheres e fornecer assistência adicional.

Conclusão

Com base neste trabalho, podemos concluir que o assunto da violência doméstica precisa alcançar mais mulheres para que elas conheçam seus direitos e saibam onde buscar ajuda em momentos de crise. Além disso, é evidente que precisamos exigir mais apoio e recursos para lidar com essa questão, uma vez que se trata de um momento extremamente delicado na vida das vítimas.

Referências

<http://www.todamateria.com.br/lei-maria-da-penha/>

<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/voce-sabe-quais-sao-os-direitos-que-mulheres-vitimas-de-violencia-domestica-possuem/1877914444>

<https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/06/violencia-contr-a-mulher-saiba-como-pedir-ajuda.ghtml>

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm